



(IN) SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL DE BENEFICIADOS PELO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA¹

Marcia Orth Ripke², Patrícia Cristina da Silva Menegotte³, Gustavo Luiz Bamberg⁴,
Tairine da Silva⁵, Vanessa da Silva Corralo⁶, Junir Antonio Lutinski⁷

¹ Projeto de pesquisa desenvolvido na Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó.

² Doutoranda do Programa *Stricto Sensu* em Ciências da Saúde da Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó, marciaripke@unochapeco.edu.br - Chapecó/SC/Brasil.

³ Mestranda do Programa *Stricto Sensu* em Ciências da Saúde da Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó, patricia.c.silva@unochapeco.edu.br - Chapecó/SC/Brasil.

⁴ Estudante do curso de nutrição da Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó, gustavobamberg1@gmail.com - Chapecó/SC/Brasil.

⁵ Estudante do curso de nutrição da Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó, tairine.silva@unochapeco.edu.br - Chapecó/SC/Brasil.

^{6 e 7} Docentes do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Ciências da Saúde da Universidade Comunitária da Região de Chapecó - Unochapecó, vcorralo@unochapeco.edu.br - junir@unochapeco.edu.br - Chapecó/SC/Brasil.

Introdução: O Programa Bolsa Família (PBF) foi criado com o intuito de melhorar as condições de vida de pessoas com baixa renda, funcionando como um complemento as famílias em condições de pobreza e extrema pobreza. O direito humano a alimentação segura e saudável em qualidade e quantidade suficientes é um direito constitucional dos brasileiros, alicerçado pela Lei de Segurança Alimentar e Nutricional. **Objetivo:** Avaliar o impacto do Programa Bolsa Família na promoção ou garantia da segurança alimentar e nutricional de beneficiados em um município da região oeste catarinense. **Metodologia:** Pesquisa quantitativa e transversal, realizada, no período de abril a junho de 2019, aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Unochapecó (CEP) sob parecer nº. 3.061.163. Foram considerados sujeitos da pesquisa, indivíduos de 20 a 64 anos, titulares beneficiados pelo Programa Bolsa Família por um período superior a seis meses e que concordaram participar do estudo mediante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). A coleta de dados ocorreu no Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) do município e consistiu na aplicação de um questionário semiestruturado sob supervisão dos pesquisadores, abordando questões de natureza social, demográfica e econômica. Para os participantes analfabetos, foi realizada uma entrevista, com os dados registrados pelos próprios pesquisadores. Também foram realizadas aferições antropométricas (peso e estatura) e classificado o índice de massa corporal (IMC= peso (kg) / estatura² (m). A avaliação do estado nutricional foi realizada a partir do IMC, utilizando pontos de corte do Ministério da Saúde do Brasil que estabelece como faixa de normalidade para adultos a variação de IMC de 18,5 Kg/m² a 25 Kg/m² e para idosos 22 Kg/m² a 27 Kg/m². A qualidade da dieta dos beneficiados pelo PBF, foi verificada por meio da aplicação do teste “Como está sua alimentação?” do Guia Alimentar para a População Brasileira de 2008. O teste consiste em um questionário com 18 questões que investiga os grupos alimentares e a frequência do consumo em adequado ou inadequado. Para analisar a segurança alimentar e nutricional da população atendida pelo PBF foi utilizada a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) empregando um questionário com 14 questões como parâmetro para compreender a situação de insegurança alimentar do indivíduo em termos de qualidade e quantidade



de alimentos. Esta escala é descrita em quatro categorias, a de segurança alimentar se aplica aos domicílios que possuem acesso regular e permanente aos alimentos em quantidade suficiente e qualidade adequada. Já a insegurança alimentar pode ser dividida em leve, quando há preocupação quanto ao acesso aos alimentos no futuro e a qualidade não é adequada para o consumo. Insegurança moderada ocorre quando há redução quantitativa de alimentos entre adultos da família e a insegurança grave se refere a redução quantitativa de alimentos atingindo as crianças da família. Os dados foram tabulados e organizados em planilhas do *Software Excel for Windows*. Aplicaram-se estatísticas descritivas e inferenciais para testar hipóteses de igualdade entre subgrupos. Foram utilizados os testes *t student* (t) ou Anova (F). **Resultados:** Participaram do estudo 32 beneficiados titulares do PBF, 30 indivíduos do sexo feminino e dois do sexo masculino. Deste total, 29 eram adultos e três idosos. A maioria era pertencente a faixa etária de 30 a 39 anos (31,3%), seguido de 40 a 49 anos (28,1%) e de 50 a 59 anos (18,8%). Em relação ao estado civil, a maioria se declarou solteiro (a) (65,6%). Quanto à ocupação, houve o predomínio de donas de casa (56,3%) e de empregadas domésticas (21,9%). A escolaridade prevalente foi o ensino fundamental incompleto (81,3%). A residência dos beneficiados era predominantemente própria (53,1%) e a maioria residia na zona urbana (75,0%). Quanto ao IMC dos participantes, verificou-se a predominância de obesidade grau I em 31,2% dos beneficiados, seguido de sobrepeso em (28,1%), eutrofia (21,9%), obesidade grau II (9,4%) e obesidade grau III (6,3%). Ao todo, 28,1% dos participantes alcançaram até 28 pontos no teste de qualidade da dieta, enquadrando-os no grupo com a alimentação “menos saudável” segundo os 10 passos para a alimentação saudável do Guia Alimentar para a População Brasileira. Um total de 65,5% pontuou entre 29 e 42 pontos, significando que precisam melhorar a sua alimentação e, apenas 6,2% alcançaram 43 pontos ou mais, indicando hábitos alimentares saudáveis. Dentre os beneficiados, 93,6% não tem uma alimentação adequada segundo o proposto pelo Guia alimentar para a População Brasileira. Quanto à segurança alimentar e nutricional 37,5% dos participantes encontravam-se em estado de insegurança grave, 28,1% em insegurança média, 21,9% em insegurança leve e somente 12,5% encontravam-se em estado de segurança alimentar. Ao todo, 87,5% estavam com algum grau de insegurança alimentar. **Conclusões:** O Programa Bolsa Família apresentou efeito limitado sobre a segurança alimentar e nutricional no município avaliado e não garante melhora nas condições de vida das pessoas de baixa renda, revelando que somente a transferência de renda não é o suficiente para a garantia do direito humano a alimentação saudável. A maioria dos beneficiados do PBF encontravam-se em algum nível de excesso de peso, em insegurança alimentar grave, além de não consumir uma alimentação saudável e adequada. A baixa qualidade nutricional da dieta e o excesso de peso prenunciam riscos à saúde desta população. Infere-se que as políticas públicas de proteção à população vulnerável beneficiada pelo PBF precisam ser implementadas para que, de fato, possam auxiliar na melhora das condições de vida do beneficiado. **Palavras-chave:** assistência alimentar; alimentação de emergência; dieta saudável; fome; vulnerabilidade social. **Agradecimentos:** A Universidade Comunitária da Região de Chapecó – UNOCHAPECÓ. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). A Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Estado de Santa Catarina (FAPESC).